



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **12/08/2018**

Aprovado em: **19/08/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.01.28>

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RODRIGO PEREIRA

RESUMO

O texto se propõe a análise das diversas interpretações que são direcionadas ao tema “participação”, principalmente quando se vincula à gestão de instituições como a escola pública. Os campos da Sociologia da Educação, Pedagogia e Filosofia da Educação foram trilhados para explicar como as formas de participação das pessoas podem interferir no cotidiano desta instituição. Os conceitos de Reprodução, Sentido, Regulação e Emancipação, Solidariedade e Vontade Geral foram interpretados na tentativa de lançar luzes sobre o debate em torno do papel do Estado e suas instituições, com ênfase na escola pública, no processo de organização e regulação da sociedade. Neste texto aprofundamos as teorias que sugerem a reconstrução do papel político-pedagógico da escola, ao tempo que permitam uma melhor compreensão da estrutura social, através da finalidade da educação.

Palavras-chave: Participação Popular, Estado e Educação, Escola pública.

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA SOCIEDADE CONTEMPORNEA E O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA

RESUMO

O texto se propõe a análise das diversas interpretações que são direcionadas ao tema “participação”, principalmente quando se vincula à gestão de instituições como a escola pública. Os campos da Sociologia da Educação, Pedagogia e Filosofia da Educação foram trilhados para explicar como as formas de participação das pessoas podem interferir no cotidiano desta instituição. Os conceitos de Reprodução, Sentido, Regulação e Emancipação, Solidariedade e Vontade Geral foram interpretados na tentativa de lançar luzes sobre o debate em torno do papel do Estado e suas instituições, com ênfase na escola pública, no processo de organização e regulação da sociedade. Neste texto aprofundamos as teorias que sugerem a reconstrução do papel político-pedagógico da escola, ao tempo que permitam uma melhor compreensão da estrutura social, através da finalidade da educação.

Palavras-chave: Participação Popular, Estado e Educação, Escola pública.

RESUMEN

El texto se propone el análisis de las diversas interpretaciones que se dirigen al tema "participación", principalmente cuando se vincula a la gestión de instituciones como la escuela pública. Los campos de la Sociología de la Educación, la Pedagogía y la Filosofía de la Educación se desarrollaron para explicar cómo las formas de participación de las personas pueden interferir en el cotidiano de esta institución. Los conceptos de Reproducción, Sentido, Regulación y Emancipación, Solidaridad y Voluntad General fueron interpretados en el intento de lanzar luces sobre el debate en torno al papel del Estado y sus instituciones, con énfasis en la escuela pública, en el proceso de organización y regulación de la sociedad. En este texto profundizamos las teorías que sugieren la reconstrucción del papel político-pedagógico de la escuela, al tiempo que permitan una mejor comprensión de la estructura social, a través de la finalidad de la educación. **Palabras-Clave:** Participación Popular, Estado y Educación, Escuela pública.

RESUMÉ

Le texte propose l'analyse des différentes interprétations qui ont trait au thème "participation", principalement lorsqu'il est lié à la gestion d'institutions telles que l'école publique. Les domaines de la sociologie de l'éducation, de la pédagogie et de la philosophie de l'éducation ont été définis pour expliquer comment les formes de participation des personnes peuvent interférer

dans la vie quotidienne de cette institution. Les concepts de reproduction, de sens, de régulation et d'émancipation, de solidarité et de volonté générale ont été interprétés dans une tentative d'éclairer le débat sur le rôle de l'État et de ses institutions. Dans ce texte, nous approfondissons les théories qui suggèrent la reconstruction du rôle politico-pédagogique de l'école, tout en permettant une meilleure compréhension de la structure sociale, à travers l'objectif de l'éducation. **Mots-Clés** : Participation populaire, État et éducation, école publique.

INTRODUÇÃO

Os movimentos políticos e econômicos, o fenômeno da mobilidade social, a efemeridade na caracterização do conhecimento moderno, na produção de saberes e os vários conflitos em torno de temas como moradia, terra e alimentos têm sido marcas para se compreender a sociedade contemporânea, a qual, por sua vez, dantes fora marcada pela segurança e "estabilidade" característica da modernidade, tem sido vista, nos dias atuais, como a "sociedade do instável", sociedade do efêmero, e isso se manifesta, além dos campos econômicos e políticos, no campo dos padrões, valores e perfis.

Dentro desse contexto, é válido ressaltar que a permanência sobre referenciais simbólicos, sistemas comportamentais, como crenças e ações determinadas por padrões socialmente legitimados por instâncias como a religião, a política, a cultura e instituições do Estado, como a escola, tem dado lugar a um sistemático processo de vir a ser, de mudança, de transformação, que emerge dando novas cores, um novo desenho, novo formato para a sociedade. Nesse ínterim, é válido ressaltar que vários conceitos se propõem a dar ordem na complexa e múltipla rede de análise que permite compreender a realidade atual.

Dentre esses conceitos, situamos alguns que melhor traduzem estas tentativas de explicação e análise, são eles: Classe Social, Agrupamento Social, Movimentos Sociais, Camadas Sociais e, por fim, o conceito de Comunidade que, na perspectiva deste texto, se apresenta como necessária dada às próprias características do conceito, como a mutabilidade, a possibilidade do encontro de representações, imagens e elementos culturais que provocam identificação dos membros.

A análise do tema evidenciará sua situação e nuances no conceito, na compreensão e na aplicabilidade sobre os fenômenos e atos sociais. Desta forma, estaremos nos aproximando do campo da Sociologia da Educação e ampliando a reflexão, para explicar como as formas de participação das pessoas que possuem certo tipo de vínculo com a escola, podem interferir no cotidiano desta instituição e ao mesmo tempo criar um ambiente diferenciado no contexto educacional.

Neste texto, demonstraremos as limitações dos conceitos para explicação de certos fenômenos sociais (precisamente os que acontecem na escola) e nos sentimos desafiados a estabelecer vínculos (quando possível) que permitam uma melhor compreensão da estrutura social, através da finalidade da educação e o papel da escola, considerando essa perspectiva interpretativa por entender seu papel como síntese cultural e construtora de possibilidades para os sujeitos que nela estão.

Os conceitos que se vinculam à ideia de participação e mobilização comunitária estão em consonância com o que apresenta Santos (2007) quando analisa as referências paradigmáticas do comportamento social na modernidade. Para ele, os paradigmas da regulação e emancipação caracterizam a vida em sociedade desde os períodos de imersão em modelos democráticos.

Na sua análise, a possibilidade de regulação da vida humana, da vida social vem se construindo desde a perspectiva dos intelectuais que fundaram o modelo contratualista no século XVII e este modelo se estende como a referência para a modernidade. Além desta abordagem, este autor defende a ideia de que as sociedades modernas caracterizadas pela incursão no modelo democrático constituíram um modelo de regulação baseado na noção de disciplinarização do corpo e da mente e,

por consequência, da vida social. Nesta perspectiva, um outro paradigma moderno tenta construir sua consolidação através de uma releitura do termo liberdade. A lógica da Emancipação é apresentada pelo autor como forma de contrapor a noção de disciplina, embora seja um olhar “invertido” sobre o mesmo objeto, a Emancipação não nega a regulação, agora no formato de auto-regulação, o que equivale dizer que há uma necessidade de reorganização do comportamento humano em função da sociedade e de sua compreensão do seu papel social.

Na perspectiva da regulação, o Estado, o Mercado e a organização societal baseada no Contrato Social retratados, respectivamente, em John Lock, Adam Smith e em J. J. Rousseau servem de personificação do controle externo sobre o sujeito. Por outro lado o autor, reportando-se a Max Weber, faz alusão às possibilidades de emancipação evidenciada em racionalidades que traduzem o comportamento e a produção social, são elas: racionalidade estético-expressiva, cognitivo-instrumental e a racionalidade moral-prática evidenciada no Direito e na ética. Dessa forma é válida a assertiva que tenta aproximar estas noções de liberdade para fazer retratar o quadro que se coloca nos dias atuais: um perfil de sociedade cujas características se encontram no limiar entre processos de regulação constantes e ações que vislumbram liberdade.

No conjunto social, tanto instituições como movimentos sociais estão em constante processo de construção e mostra e manifestação de suas necessidades através de atos isolados ou mesmo coletivo, com grande ressonância como é o caso das escolas envolvidas com o processo de gerenciamento participativo com tentativas constantes de abertura de espaços para a comunidade envolver-se na sua construção.

Além destas noções de nível macro que retratam o modelo de emancipação e regulação como paradigmas para compreender o comportamento social, apresentamos conceitos e categorias de análise que melhor traduzem a forma de organização das pessoas e suas formas de representação da sociedade. É válido ressaltar que os conceitos abaixo serão analisados a partir de referência teórica específica e servirão para apresentação de possibilidades, todavia nos deteremos no conceito de comunidade para desenvolver os argumentos que fundamentam este texto. Isso implica dizer que os conceitos de Classe e Camada Social, Grupos e Movimentos Sociais e, por fim, Comunidade, serão apresentados como são analisados, discutidos nos nossos dias, ou como ficou evidenciado nos debates do final do século XX. No entanto, lançaremos nossos olhos apenas ao conceito que fundamentará a nossa investigação que é a ideia de Comunidade.

2- DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA COMPREENDER A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Classe Social

A análise deste tema nos impõe uma interpretação dentro da construção teórica social-marxista. Segundo essa interpretação, a sociedade, mesmo as menos complexas, são compostas por divisões, marcadas pela necessidade de sobrevivência, ou pela necessidade de manutenção de condição econômica. No que se refere à dimensão econômica (locus de aplicação do conceito em uma ótica marxista), é possível afirmar que uma sociedade é sempre dividida em camadas sociais e um dos termos mais frequentes para descrever é o próprio conceito de classe social.

A classe social vem tradicionalmente das camadas socioeconômicas, isto é, dividindo a sociedade segundo renda e propriedade de capital. Fazer uma análise de classe social numa sociedade é uma forma de visualizar as estruturas de poder que realmente existem, e não como, às vezes, parece: dividir as pessoas entre melhores ou piores. O conceito de classe que mais frequentemente aparece nas discussões é o conceito marxista, baseado em duas classes sociais em permanente conflito: a classe proprietária e a classe operária. Essa definição de classe social se baseia num grupo na

sociedade que é dono da maior parte do capital (ou meios de produção) e a classe operária que apenas é dono da sua força de trabalho. Os dois grupos vivem em conflito contínuo porque a classe proprietária quer lucrar o máximo possível em detrimento da classe operária.

O problema desta definição do conceito de classe é que é difícil aplicar na sociedade contemporânea. O argumento central é que o conceito origina de análises do século XIX e enfoca, principalmente, os fatores econômicos da sociedade e perde assim outras dimensões que também existem na sociedade de classe. Além disto, há grupos profissionais na sociedade atual que não se encaixam em nenhuma dessas categorias.

Outro autor que analisa este conceito é o sociólogo francês Pierre Bourdieu. A análise deste autor é mais complexa, mas oferece uma melhor imagem das condições reais. Bourdieu (2007) defende a existência de diferenças culturais entre as classes sociais, o que revela mais obstáculos que os econômicos, e que a propriedade real apenas é uma parte do conceito de classe. As diferentes classes criam diferentes elementos culturais que servem de identificação entre os sujeitos e ao mesmo tempo dificulta a ascensão dentro do sistema de classes. Bourdieu (2007) chama isso de capital simbólico, porque as estruturas de poder são construídas por símbolos. O valor da pessoa é sinalizado pela formação, título e outros símbolos que dão uma posição na sociedade. Posição social torna-se, neste contexto, tanto importante quanto a propriedade. Assim, existem várias dimensões no conceito de classe, além da propriedade de capital.

Nesse autor, encontramos a explicação da transição de poder a partir da relativização do capital. Quando na análise da sociedade atual, o autor explica que o diretor de uma empresa nem sempre é o dono. A pessoa tem poder baseado num capital que não é a propriedade dela. Acesso torna-se, nesta análise, tão importante quanto a propriedade. Outros símbolos importantes podem ser o bairro onde a pessoa mora, o carro que dirige e os interesses nas horas de lazer: ir a uma exibição de arte ou num jogo de futebol. Eis um aspecto que o conceito marxista não leva em conta.

Bourdieu (Idem) defende que a sociedade de classe se reproduz e passa de geração a geração e que toda a sociedade participa deste processo. Para este autor, a ambição do sistema educacional em tratar todas as pessoas como iguais de fato, dá aos membros de classes com baixo índice de desenvolvimento econômico, piores condições de ascensão, diferente dos outros membros da classe dominante. O sistema favorece os grupos fortes enquanto os fracos têm que lutar de maneira mais intensa porque possuem menos recursos (capitais), e isso contribui para reprodução da sociedade de classes.

Para o pensador francês, "as classes sociais não existem (...). O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como *algo que se trata de fazer*" (1996, p. 26-27). À primeira vista, pode ser uma reflexão extremamente negativa. Mas, ao contrário, há um sentido positivo neste conceito. Bourdieu referencia-se em Thompson para definir o que é classe social:

é preciso construir o espaço social como estrutura de posições diferenciadas, definidas, em cada caso, pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. (Nessa lógica, as classes sociais são apenas classes lógicas, determinadas, em teoria e. se se pode dizer assim, no papel, pela delimitação de um conjunto – relativamente – homogêneo de agentes que ocupam posição idêntica no espaço social; elas não podem se tornar classes mobilizadas e atuantes, no sentido da tradição marxista, a não ser por meio de um trabalho propriamente político de construção, de fabricação – no sentido de E.P. Thompson fala em *The making of the English working class* - cujo êxito pode ser favorecido, mas não determinado, pela pertinência à mesma classe sócio-lógica.) (BOURDIEU, 1996: p. 29).

Assim, não se encontra na teoria de Bourdieu um sujeito social a-histórico e paralisado, o que existe é a luta constante entre os atores sociais para a ocupação dos espaços nos campos sociais e, no mesmo sentido marxista, no que se refere às classes sociais, estas somente se tornam classes mobilizadas e atuantes quando acontece um trabalho político de construção.

Estas proposições enfocam especificamente as relações entre capital e trabalho, economia e desenvolvimento ou posicionamento humano. Nesse sentido, os elementos do encontro de pessoas basicamente se constituem de necessidades, ora de sobrevivência, ora de luta por ascensão e mobilidade social, ora de manutenção de nível social. Essa mesma análise poderá identificar nos conceitos de Necessidade, Desejo e Transformação, os elementos de maior relevância nos instantes de compreender a estrutura e o fenômeno da coesão social, que determinam a constituição de um discurso comum, ou mesmo busca intensa de ações identitárias.

Camadas Sociais

Este conceito é utilizado por intelectuais contemporâneos para identificar a forma como a sociedade se organiza e como acontece a distribuição de força e poder. É comum a reflexão de que há um conjunto de camadas sociais identificadas pela condição de dominação que exerce no contexto social. A partir da noção básica de camadas sociais, compreendida como nomenclatura que especifica a nova estrutura social, característica da sociedade no contexto da globalização, torna-se possível se utilizar de conceitos como Grupo, Movimento ou mesmo Classe Social.

Movimentos Sociais

A definição conceitual de movimentos sociais é bastante ampla. A autora que utilizaremos como referência é Maria da Glória Gohn (1985). A análise da autora é sobre o surgimento dos movimentos sociais urbanos em torno de uma demanda específica. Os movimentos sociais caracterizam-se basicamente por dois fatores: pela natureza da classe social que emergem e pelo seu caráter de luta – transformador (reformista, reacionário, revolucionário) ou conservador. Existem outras definições deste conceito como os anunciados por Navarro (2004). Para este autor quatro são as possibilidades de definição: a primeira define o movimento social como “um coletivo social que compartilha objetivos e interesses comuns e utiliza meios de pressão e canais não institucionais, além de ter uma identidade social, uma estrutura organizacional flexível e um grupo dirigente, sem ter necessariamente uma liderança formalmente escolhida”. Com base nesta definição, segundo ele, organizações como o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST) não é um movimento social, mas sim uma organização, porque utiliza canais institucionais, diferentemente do período inicial de sua estruturação em que atuava por meio de canais não institucionais. Destaca-se o fato de que não há uma preocupação em torno do objeto requerido ou alvo de luta social, mas sim, a metodologia, sua forma de organização.

A segunda definição também indica o movimento social “como um coletivo social, formado por indivíduos que compartilham interesses comuns e, por algum tempo, compartilham também uma identidade comum”. Segundo Navarro (Idem), nesta definição, os movimentos sociais se distinguem dos partidos políticos porque sua principal capacidade é a mobilização de massa ou a ameaça de concretizá-la. Diferem ainda das associações, clubes sociais e organizações similares, já que seu objetivo é mudar a sociedade ou a sua posição relativa na sociedade.

A terceira definição identifica os movimentos sociais como formas políticas de contestação, que

ocorrem quando as pessoas comuns, frequentemente, em aliança com cidadãos mais influentes, unem suas forças para confrontar a ordem estabelecida, as elites, as autoridades. No caso destes movimentos sociais, “quando apoiados por uma densa rede social e galvanizados por símbolos culturalmente influentes e orientados para a ação, essa política de contestação à ordem estabelecida pode produzir uma interação sustentada, durante muito tempo, com os seus oponentes”.

A quarta definição sustenta que movimentos sociais “são redes sociais informais fundamentadas em formas de crenças e solidariedades, que são compartilhadas por indivíduos que se mobilizam sobre temas conflituosos”. Portanto, nesta definição, se não houver conflito, não há movimento social. Os movimentos sociais existem mediante conflitos, que se desenvolvem utilizando um repertório de formas de protesto.

Poderíamos citar, para ilustrar esta realidade, as reações de afirmação cultural presentes nos movimentos afrodescendentes, movimentos feministas, movimentos religiosos de cunho esquerdista e mesmo grupos ortodoxos extremistas.

Grupos Sociais

A definição de Grupos Sociais nos remete a subdivisões da sociedade e caracteriza o tipo de sociedade estratificada, complexa, com grandes “desníveis” na estruturação da condição de vida das pessoas. Desta forma, é possível afirmar que um grupo social é um conjunto de pessoas pertencentes a uma mesma sociedade que se relacionam com o fim de alcançar objetivos comuns e compartilhar os mesmos interesses, portanto partilham idéias que condicionam as suas aquisições, lutas e convivência.

Ainda mais especificamente, pode ser entendido como um conjunto de pessoas que pertencem a uma mesma sociedade que se relaciona com o fim de alcançar objetivos comuns e partilham uma interdependência funcional, substituindo a simples soma de indivíduos alheados e isolados. É esta interdependência a causa da forte influência do grupo sobre a conduta dos seus integrantes.

Comunidade

O termo Comunidade tem sido muito difundido nos últimos dias, sobretudo porque traduz uma tendência mundial: o estabelecimento de relações num lugar comum, a entrada, a troca e as interações simbólicas-subjetivas, que permitem ao sujeito se constituir como tal no campo da multiplicidade de referências. Isso registrado interpretamos aqui o termo *comunidade* como sendo o lugar de encontro e trocas materiais e simbólicas entre sujeitos que partilham de referências comuns de/para sobrevivência. Tal conceito tem se ampliado no campo das análises econômicas e políticas, quando interpretado sob o ponto de vista holonômico, como sendo semelhante ao conceito de “Teia”. Uma estrutura interdependente que mantém constante processo de retro-alimentação com suas partes constituintes.

A relação entre essas duas perspectivas nos aproxima da compreensão do nível de influência de movimentos de ordem macro como a globalização sobre a organização social, e, ao mesmo tempo, explicita uma “onda” homogeneizadora para a sociedade.

Pensar comunidade na era da globalização é palmilhar pelos caminhos dos discursos uniformizadores e práticas de resistência dos mais diversos contextos sociais em torno de necessidades, perfis e

consumo, ao mesmo tempo em que essa reflexão impõe uma atitude crítica que analisa os processos de diferenciação da mesma linha de construção da identidade dessas comunidades. E ainda a identificação de processos conhecidos como contra-hegemônicos, processos de participação efetiva e diferenciação das ações por comunidade, o que gera uma série de alterações no sistema vigente e na estrutura divulgada pelos meios de comunicação sobre o comportamento e os balanços desses agrupamentos sociais.

Esta noção de “comunidade” nos leva a uma questão fundamental: a dos princípios de organização que garantem a coesão social e as regras de coabitação entre os diversos grupos que compõem as sociedades. Estes princípios não podem ser confundidos com os fundamentos que sustentam a ideia de sociedade, que exige, por definição, a consideração dos interesses coletivos, interesses analisados numa perspectiva macro.

Os fundamentos que sustentam o conceito de comunidade foram explicitados pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies ainda no século XIX quando na análise das múltiplas formas de pertencimento a grupos definidos. Em sua obra, de título chamativo, *Comunidade e Sociedade* (1947), fundamentou sua reflexão na distinção entre sociedade tradicional e sociedade moderna, ele opõe a *Gemeinschaft* à *Gesellschaft*.

Este autor é um dos grandes pensadores da sociologia alemã do século XIX. A reflexão sobre comunidade como vamos descrever no pensamento de Tönnies, tendo como referência o modelo de sociedade republicano européia, particularmente o modelo de sociedade francesa deste período, identifica a comunidade como sustentada por um pensamento contra-revolucionário. Esta ressalva é válida para registrar em que momento intelectual esse conceito de comunidade é analisado. Há, na literatura pedagógica também incursões na noção de comunidade, como é o caso da perspectiva de Celestin Freinet que analisa e propõe o estudo de Conselhos entre estudantes.

Em Tönnies, a *Gemeinschaft* (Comunidade) descreve todo grupo natural, fechado e com forte dimensão emocional, fundado nos laços objetivos (família, etnia, religião, o fato de pertencer a uma vila, tradições, língua, referências históricas...). Em oposição, a *Gesellschaft* (Sociedade) é um grupo baseado no consentimento e adesão voluntários, dentro de uma lógica utilitarista. Os vínculos registrados nestas duas classificações podem ser assim caracterizados, uma vez que esta noção de vínculo é importante para compreensão do real significado das terminologias utilizadas por Tönnies para entender a organização social. Na perspectiva da *Gemeinschaft*, ou da Comunidade, os vínculos são duradouros, afetivos, fortes, profundos; os engajamentos de cada um são de nível moral em oposição ao que vai acontecer na Sociedade, engajamentos de nível jurídico e uma visão, adesão e cultura comum, de grupo. É uma compreensão de homem na sua totalidade, na totalidade da sua personalidade.

Para este autor, o homem não é definido socialmente pela sua posição social, pelos seus papéis sociais (como vai fazer posteriormente a sociologia funcionalista). O homem é definido por fazer parte de uma comunidade, pelo conjunto de relações que ele tem com as pessoas, relações de caráter moral e afetivo e não de formas jurídicas.

A comunidade vai além da questão do espírito e da vontade. Diferente das teorias do Contrato Social, fundadas na definição do homem baseado na vontade e na razão. A contradição estaria na percepção de que a vontade e a razão poderiam fundamentar o egoísmo moderno e as lutas que envolvem a sociedade. O arquétipo da comunidade é a família. Cada um que chega ao mundo já estaria em uma família. Diferente do pensamento de autores como J. J. Rousseau, cuja interpretação da família identifica-a como personificação de um Contrato.

A noção de *Gesellschaft* caracteriza a forma de organização do tipo sociedade como forma de ligação social, de natureza individual, impessoal, contratual. Repousa sobre um grande contrato social entre indivíduos. A sociedade é fundamentada nos interesses de cada um e não sobre formas afetivas e

tradições. Se a comunidade está baseada em um consenso imediato, silencioso e inconsciente, a *Gesellschaft*, por sua vez, está na ordem do vínculo artificial. É resultado de um contrato entre os indivíduos. Os vínculos são públicos e passageiros. Na teoria de Tönnies, existem três tipos fundamentais de comunidade. Em primeiro lugar, a comunidade de sangue, de parentesco: a família, cujo lugar de existência é a casa. O segundo tipo é caracterizado pelo lugar de existência coletiva, a vizinhança, nesse caso a aldeia é a melhor representação desse conceito. Nessa segunda classificação, ele identifica os sujeitos que têm por costume viver juntos e se baseiam numa relação de confiança.

O terceiro tipo é marcado pela convivência pacífica típica das amizades, o que caracteriza as aproximações de pessoas no campo profissional, na igreja. São pessoas que partilham práticas comuns, ideias comuns. Estas três formas são interdependentes, muito embora esta classificação específica possa dar a impressão de que há comunidade somente em lugares isolados ou no campo, o autor destaca que comunidades surgem também nas cidades, baseados nos vínculos de sangue, na vizinhança ou com base nos interesses comuns.

O arquétipo da sociedade é a empresa e a rede de relações jurídicas, contratual. Nesse caso, há uma aproximação entre indivíduos, porém há um interesse individual que prevalece. A aproximação tem um interesse particular que motiva e dá sentido a esses contatos. Este autor é um dos primeiros grandes nomes que vão teorizar a organização social e identificá-la como uma organização complexa e com divisões baseadas em lógicas diferentes. Outros autores seguiram o raciocínio de Tönnies e ampliaram a reflexão.

Em Émilie Durkheim podemos compreender as diversas formas de organização social baseada em um fundamento que ele denomina de Solidariedade. Para este autor, este conceito tem um lugar central na representação da macro-organização. A noção de solidariedade é a maneira que o sociólogo encontrou para explicar as diversas formas de pertencimento a grupos específicos e pela forma de manifestação da solidariedade e, através dela, é possível caracterizar os diversos tipos de sociedade.

Em *A divisão do Trabalho Social* (1893), ele opôs a solidariedade mecânica, que deriva de certo número de estados de consciência comuns a todos os membros da mesma sociedade, à solidariedade orgânica, devido à divisão do trabalho social e que, justapõe os indivíduos, uns ao lado dos outros, não contribuindo, portanto, à unidade do corpo social.

A ideia de pertencimento é central para compreensão do termo Comunidade definido dentro da lógica da construção discursiva que modela e caracteriza os participantes de determinado grupo social e pela noção de coletividade integrada que partilha elementos simbólicos e consegue colocar num “lugar comum” os sujeitos, ao passo que permite a construção de caminhos que serão trilhados coletivamente.

Essa análise nos faz canalizar esforços interpretativos para entender as implicações sobre as ações dos indivíduos na relação com as instituições, que seguramente são definidas a partir de uma relação estabelecida na estrutura social e, ao mesmo tempo, em um universo imaginário o que se manifesta na construção do indivíduo dentro de uma comunidade. Os diálogos e representações que estão lhe servindo como substratos à ação servem, ao mesmo tempo, como elementos identitários, diferenciadores e mobilizadores à ação.

O discurso característico das populações constitui um universo simbólico que provoca níveis diferenciados de socialização para os integrantes da comunidade. O discurso é constituído de símbolos, de imagens, de comportamentos, de desejos e de expectativas. Nesse contexto, podemos destacar a presença não só de construções linguísticas, semânticas, mas de construções ideológicas na estruturação das abordagens discursivas e, ao mesmo tempo, a presença de um pragmatismo disciplinar que redefine papéis, perfis e crenças possíveis a um grupo social determinado.

Na tentativa de compreender como são formadas e como se manifestam as ações comunitárias, optamos por partir das análises sobre a noção de mobilização (processo intra-subjetivo que marca a junção da motivação externa com a ideia de necessidade interna biológica ou psicológica) movente e criadora nos indivíduos e modificadora das relações com as instituições sociais.

Sem dúvida, a abordagem desse tema, analisado dentro de uma lógica sistêmica, poderá dar margem a uma interpretação positivista que colocaria a relação da comunidade com as instituições do Estado como o fato social e que este não poderia ser interpretado senão como fenômeno coletivo. Ou seja, a análise dos comportamentos individuais não serviria por completo para se compreender a ação, o que, em certa medida, possuiu na história um fundamento e uma característica contingencial, sobretudo pela necessidade de constituição de uma abordagem sociológica fecunda e consolidada.

No entanto, passados alguns anos dessa abordagem, podemos entender os limites da análise e fazer uma leitura, como opção neste texto, neomarxista, que compreende as contradições e coerências do processo e a necessidade de análise dialética na constituição e na relação do sujeito social e da comunidade, que lhe dá o sentido de pertencimento com as instituições do Estado, aqui especificamente, a escola na relação com os Conselhos Escolares. Diante desta exposição, é válido ressaltar que partimos da compreensão que o tipo de participação dentro dos Conselhos Escolares se aproxima do que chamaríamos de relações comunitárias, sobretudo pela partilha de interesses e da forma como as relações entre os sujeitos são estabelecidas.

A análise destas relações aqui feita, não será (ainda que seja difícil) caracterizada pela interpretação fenomenológica, meramente descritiva, mesmo nos valendo das entrevistas com pessoas da comunidade que tenham uma representatividade significativa, mas desenvolvemos o texto e a pesquisa, tentando compreender como se desenvolve o processo de participação popular e construção e modificação das identidades dos sujeitos, chamadas de individuais e coletivas, a partir de uma historicização do processo e análise qualitativa das ações dos sujeitos e dos seus argumentos, discursos, construções linguísticas e semânticas.

Nessa perspectiva, entendemos como possível a compreensão das ações do sujeito social, suas relações com as instituições (especificamente a escola) e o sentido que é estabelecido nestas relações. A discussão sobre o sentido encontra em Charlot (2005) uma ressonância necessária para se estruturar como modelo interpretativo das relações entre populares e instituições sociais como a escola. Para ele, o sentido tem uma característica psicológica de mobilização interna, afetiva. Possui como definição a estrutura ou potencial psicossocial que caracteriza o sujeito na determinação de significado para as práticas sociais; práticas essas que possuem um caráter intersubjetivo e são compreendidas nas incursões sobre a dimensão simbólica que fundamenta o movimento, a ação dos sujeitos na vida social.

Esta definição pode ser direcionada à compreensão das ações que acontecem na coletividade. Para isso, os estudos e outros conceitos protagonizados por intelectuais franceses da segunda metade do século XX e ainda autores nacionais, como Paulo Freire são importantes porque marcam um momento da pesquisa nas ciências sociais e nos ajudam a entender como os sujeitos se comportam na vinculação da vida privada com a construção do interesse sobre o bem comum, coletivo ou criado como coletivo dentro de uma comunidade, neste caso, um ideal, um benefício ou processos de mudança qualitativas em processos de formação, como é o caso do que acontece na relação entre famílias e escola.

Acreditamos que a discussão da mobilização social interpretada a partir da lógica de ação de pequenos grupos, ou mesmo dos indivíduos aponta caminhos para se entender como e a partir de quais fatores determinado grupo social se lança no movimento de construção de si mesmo e de busca de ampliação das possibilidades de suas ações no contexto social múltiplo.

Identificamos este tipo de mobilização aqui como pertencente a uma linha política, por visar

essencialmente uma possível transformação social, sendo que esta transformação poderá ser interpretada como aperfeiçoamento ou reconhecimento do lugar social de determinada classe, ou mesmo a abertura para que as vozes que compõem determinado grupo social sejam ouvidas no contexto maior, ou para que, diante da diversidade, um lugar no imaginário ou na representação coletiva seja reconhecido como de um grupo ou movimento social específico.

Nesse sentido, este tipo de “luta” se caracteriza como, em linhas gerais, a tentativa de consolidação e alcance de uma série de reivindicações que legitimam a presença de determinado grupo na sociedade. Poderíamos assinalar, como forma de exemplo, a busca dos movimentos afrodescendentes pelo que ficou conhecido como “ações afirmativas”, muito presentes no cenário brasileiro a partir do final dos anos 1990, coincidentemente no período de ascensão de governos centro-esquerdistas ao poder no Brasil e na América Latina.

Da mesma forma, poderíamos destacar a luta do movimento feminista por um lugar de maior valorização no cenário mercadológico como forma de reconhecer o valor e a “necessidade” do trabalho feminino na constituição de novos parâmetros para existência, manutenção e possível transformação social, ou ainda, mesmo correndo o risco de ser mais radical no conceito, a luta pela construção de uma nova feminilidade crescente na segunda metade do século XX. Poderíamos ainda destacar outras lutas protagonizadas por grupos organizados em periferias das cidades ou do mundo. Estamos falando, neste momento, das constantes lutas que ocorrem na América Latina por afirmação ou reivindicação de um lugar no cenário global. Identificamos aqui a luta de grupos como os Zapatistas, no México; as Guerrilhas, nos países andinos e na realidade brasileira, a luta dos milhares de despossuídos de teto, de terra, de lugar, de voz, de esperança, de presença.

3- AS VÁRIAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO E A ESCOLA COMO CENTRO DE INTERESSES

Insistindo um pouco mais no tema, Bordenave (1994) distingue outras maneiras ou tipos de participação, que são: a participação de fato; a espontânea; a imposta, a voluntária, a provocada e a participação concedida (idem).

O primeiro tipo é a participação de fato, é aquela praticada desde o começo da humanidade, quer no seio da família nuclear e do clã, quer nas tarefas de subsistência, isto é, a prática da caça, pesca, agricultura ou aquela praticada no culto religioso ou ainda na recreação ou mesmo na defesa contra inimigos. É a participação que identificamos aqui como condição de existência social. Existir na sociedade pressupõe estar internalizando um conjunto de elementos simbólicos, traduzidos como elementos culturalmente definidos, por vezes, elementos anteriores ao sujeito que fundamentam a tradição, os princípios familiares, os primeiros vínculos que dão ao sujeito a compreensão de fazer parte de um grupo social.

Para alguns autores já citados, este processo é compreendido como o de socialização primária: a noção de o “Outro em mim”, ou ainda de: “para ser sujeito eu participo do processo de subjetivação da realidade, internalização de significados, símbolos e comportamentos”, ou seja, não há existência sem a vivência intersubjetiva. É estabelecido entre os indivíduos um tipo de relação, um nexos de motivações que vai se estender para o futuro. Ou seja, não é possível a existência sem participar do mundo do/com o outro.

Somente depois de ter realizado este nível de interiorização é que o indivíduo se torna membro de uma sociedade. Muito embora haja uma discussão contemporânea que sinaliza a existência social bem antes da participação efetiva na construção e definição dos rumos da sociedade. Nessas análises, o ser humano faria parte desta ideia de pertença mesmo estando na condição de indivíduo em formação na dimensão uterina. Um forma de existência que, pelo contato direto com a mãe (através da dependência alimentar e afetiva), se estabelece como existência real, internalizando

características da comunidade que o circunda e que lhe servirá como espaço de ressignificação.

O segundo tipo é a participação Espontânea que é aquela sem organização, estável ou com propósitos claros e definidos, a não ser os da satisfação de necessidades psicológicas de pertença, expressar-se, receber e dar afeto ou ainda para obter reconhecimento e prestígio. Esse tipo de participação espontânea leva os homens a formarem tipos de grupos que Bordenave (1994) chama de “grupos fluidos”.

No terceiro tipo, a participação imposta, o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e a realizar certas atividades consideradas indispensáveis. Exemplificando este tipo de participação, pode-se lembrar das tribos indígenas que obrigam os jovens a submeterem-se a cerimônias e rituais, como também as sociedades mais estratificadas possuem seus próprios ritos de passagem e pertença.

Na participação voluntária, quarto tipo de participação, o grupo é criado pelos próprios participantes. Os membros do grupo definem sua própria organização, estabelecendo seus próprios objetivos e métodos de trabalho. O autor acima cita como exemplo, os sindicatos, as associações profissionais, as cooperativas e os partidos políticos ou ainda o de participar de um negócio seja como sócio ou como gerente. Diz ainda que esse tipo de envolvimento nem sempre surge de iniciativas dos membros do grupo. Esse modelo de participação pode ser provocado/vivenciado por agentes externos, ou internamente como estratégia para realizar objetivos comuns ou sua manipulação.

Por último, a participação concedida. Nesta, o grupo viria a ser parte do poder ou da influência exercida pelo próprio grupo aos seus dominantes. Cita o autor, o “planejamento participativo” como exemplo de participação concedida. Independentemente da ideologia dominante que objetiva manter o envolvimento do indivíduo restrito aos grupos e a local de trabalho, à paróquia, às cooperativas de modo a criar uma “ilusão de participação” política e social. Essa participação encerra em si mesmo um potencial de crescimento de consciência crítica e da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder. Em síntese, nas palavras do autor:

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar e fazer coisas e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (Bordenave, 1994:16)

Segundo o exposto, é válido considerar que a participação social possui duas bases sólidas e complementares: a primeira, chamada pelo autor de “Necessidade de Participação” como ação existencial afetiva: a busca de fazer as coisas com o outro para satisfação pessoal e do grupo, sem uma noção utilitarista de fazer algo para conseguir uma resposta eficiente para um tipo de empreendimento coletivo, mas fazer algo na coletividade porque é possível sentir-se melhor no ato coletivo e há uma noção de segurança. A segunda base se estrutura na concepção utilitarista do termo: fazer algo em conjunto possibilita uma ação mais eficiente e mais eficaz do que fazer sozinho: a base Instrumental.

Para dar materialidade a essa interpretação, entendemos que a análise sobre os fundamentos e sobre as finalidades da educação da escola são importantes para nos mostrar como grupos organizados podem, através da participação, realizar proposições em torno de práticas gestoras cooperadas ou mesmo pensar a sociedade com níveis mais elevados. Há instrumentos e mecanismos institucionalizados que nos permitem visualizar níveis diferenciados de participação, mas sempre nos permitindo ver como instituições do Estado podem ser geridas coletivamente, aumentando sua qualidade e colaborando para o desenvolvimento social. A escola através de instrumentos como o Projeto Pedagógico, o Conselho Escola e o modelo de Gestão Democrática são exemplos de como a participação coletiva pode modificar de maneira acintosa a qualidade do trabalho de formação que se

pretende pela escola.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, J. C. **La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris, Éd. de Minuit, 1970 (avec J.-C. Passeron). (Trad. Portuguesa: A Reprodução. Vega, 1983).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Com as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB, 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia e cultura; v II. Tradução de: The Power of identity. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

_____. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**.- 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

_____. **Da Divisão Social do Trabalho**. 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

FERREIRA, Naura C. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da Escola**: princípios e propostas. 4º ed.

São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo. **A formação do cidadão trabalhador**. Revista d Educação CEAP, Ano 08, n 28, mar., 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2001.(coleção Questões da Nossa Época)

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Edições Graal, 2000.

PEREIRA, Rodrigo. **Descentralização e democratização: Princípios para compreensão da educação brasileira**. S/D. mimeo

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos Oraís: do Indizível ao Dizível**. ERU/Departamento de Ciências Sociais, USP, 1987.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru, Edusc, 2001.

_____. **A teoria da democracia revisada**. São Paulo: Ática, 1994.

TÖNNIES, F. **Comunidade e Sociedade**. Buenos Aires: Losada, 1942.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**- Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. Fortaleza, Ceará: EDUECE, 1998.

WEBER, Marx. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra Prima de cada autor)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre, PASSERON, J. C. **La reproduction. Éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris, Éd. de Minuit, 1970 (avec J.-C. Passeron). (Trad. Portuguesa: A Reprodução. Vega, 1983).

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª Ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Com as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL-LDB, 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. A era da informação: economia e cultura; v II. Tradução de: The Power of identity. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, Formação dos professores e Globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

_____. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**.- 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

_____. **Da Divisão Social do Trabalho**. 2ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos)

FERREIRA, Naura C. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação com prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir, ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da Escola**: princípios e propostas. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, Pablo. **A formação do cidadão trabalhador**. Revista d Educação CEAP, Ano 08, n 28, mar., 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2001.(coleção Questões da Nossa Época)

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. 2 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Ed., 1997.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado. Transformações contemporâneas do trabalho e da política**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Paulo Freire e o Nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Edições Graal, 2000.

PEREIRA, Rodrigo. **Descentralização e democratização: Princípios para compreensão da educação brasileira**. S/D. mimeo

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos Oraís: do Indizível ao Dizível**. ERU/Departamento de Ciências Sociais, USP, 1987.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru, Edusc, 2001.

_____. **A teoria da democracia revisada**. São Paulo: Ática, 1994.

TÖNNIES, F. **Comunidade e Sociedade**. Buenos Aires: Losada, 1942.

TORRES, Carlos Alberto. **Democracia, Educação e Multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado**- Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional em Tempos de Transição (1985-1995)**. Fortaleza, Ceará: EDUECE, 1998.

WEBER, Marx. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2003. (Coleção Obra Prima de cada autor)